



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 3931/**MAP** – 2 Junho 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA Nº. 1605/X/4ª

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º. 3219 de 2 do corrente, do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

PełA Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Ministro dos Assuntos Parlamentares

c/c – Exma. Senhora Chefe do Gabinete de
Sua Excelência o Secretário de Estado
Adjunto, das Obras Públicas e das
Comunicações

N/Ref^o 3219/2009
Lisboa, 2 de Junho de 2009

Assunto: Pergunta N.º 1605/X/4ª – AC de 16 de Março de 2009 dos Senhores Deputados Bruno Dias e António Filipe (PCP). Sede da Delegação Regional de Lisboa da Estradas de Portugal

Exma. Senhora,

Com referência ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, consultada a Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações, de informar que a denominada "Quinta Nova", em Queluz, foi, através de Auto de 29 de Agosto de 1941, cedida pelo Ministério das Finanças à então J.A.E. - Junta Autónoma das Estradas, para seu viveiro geral, pelo que a EP não pode considerar um imóvel do qual não é titular proprietária no seu inventário.

Além da área rústica, o conjunto dos imóveis é composto por uma parte urbana constituída por 12 casas de habitação e dois grandes armazéns, um dos quais foi objecto de obras de recuperação e requalificação, no âmbito do desenvolvimento da política de construção ou recuperação de instalações de serviços, aprovada por Conselhos de Administração da EP anteriores ao actual.

Cumpra ainda esclarecer que a EP não construiu um novo edifício, apenas recuperou um edifício existente, não tendo havido nessa intervenção qualquer aumento de área ou volumetria relativamente ao existente. O edifício em questão necessitava de obras de reparação de coberturas e acabamentos, sob pena de degradação.

Todos os processos inerentes à transferência da Delegação Regional de Lisboa da EP - Estradas de Portugal, S.A. e consequente desocupação da Quinta Nova em Queluz foram concertados com a Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro

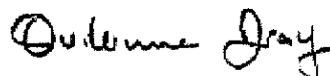
O processo de reestruturação em curso na EP - Estradas de Portugal, S.A. originou uma adaptação das funcionalidades das instalações da Sede à nova realidade organizacional permitindo, através da reformulação da ocupação, instalar unidades orgânicas descentralizadas na região de Lisboa (o Centro Operacional e a Direcção Regional de Lisboa, localizadas em Queluz, bem como a Direcção Regional de Setúbal) permitindo uma melhoria qualitativa da operacionalidade das referidas estruturas, fomentando uma cultura de proximidade e partilha de informação, e obtendo ganhos de eficácia e produtividade.

Com o controlo de custos directos, ao nível de consumos, logística e manutenção associados à gestão do actual edifício de Queluz que deixarão de ser realizados através da concentração de instalações na Sede e da redução de duplicações desnecessárias, prevê-se uma redução de cerca de 30% desses custos, correspondendo a cerca de 100 mil euros de poupança anual. É expectável que na prática, a redução de custos seja maior pelo efeito de escala, com o agregar destes serviços aos já existentes na Sede em Almada.

Quanto ao investimento de reabilitação realizado no imóvel, foi proposto à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças que ambas as partes acordassem formalmente que, em caso de venda do imóvel, deverá a EP ser ressarcida dos investimentos realizados. Acresce que o edifício disponibilizado pela EP, reduz como se disse os custos directos e indirectos da empresa e seguramente, permite a sua afectação a outras funções de interesse público, de tudo obtendo-se com um mesmo custo, um maior volume de benefícios.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE



Guilherme Dray